

União das freguesias de  
Carcavelos e Parede



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA  
(Município de Cascais)

## Ata N° 7

Aos 12 de Dezembro de 2022, pelas vinte horas e trinta minutos, reuniu na sede da Junta da União de Freguesias de Carcavelos Parede em Sessão Extraordinária, a Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Carcavelos Parede, sob a presidência da Exma. Senhora D. Maria Emília Guimarães, secretariada pelo 1º Secretário, Exma. Senhora Odete Abrantes Lopes e 2º Secretário, Exmo. Senhor Pedro Almeida, com a seguinte:

### ORDEM DE TRABALHOS

**Ponto Um** – Discussão e Votação – Adenda ao “Protocolo Bolsas Sociais em Creches e Jardins de Infância da Rede Privada”;

**Ponto Dois** – Discussão e Votação – “Acordo de parceria para o desenvolvimento da Atividade Componente de Apoio à Família no 2º Ciclo do Ensino Básico Programa Crescer a Tempo Inteiro”;

Estiveram presentes os seguintes elementos conforme Lista de Presenças:

#### **PSD**

Maria Emília Figueiredo Guimarães

Diogo Cabral

Maria Odete Abrantes Lopes

António Miguel Gameiro Mendes

Paulo Martins

João Baptista Leite

Pedro Almeida

### **CDS**

José Luís Pimenta de Aguiar

Paulo Jorge Bicho Mendes

### **PS**

Carmo Mota

Carlos Manuel Saltão Ferreira

Ana Paula Teixeira Santiago

Miette Borges

### **PAN**

Luís Filipe Mota Almeida

### **CDU**

Luís Filipe de Oliveira Beirão

### **CHEGA**

Mónica Sofia Pinto Lopes Pedrosa (Deputada Independente)

### **INICIATIVA LIBERAL**

Tiago Nuno Albuquerque Rodrigues

## **BE**

Luís Miguel Janeiro Mós

Aberta a Sessão pela **Exma. Presidente da Mesa**, deu conhecimento das substituições nesta Sessão e da falta de um Deputado do PS.

**PERIODO DO PÚBLICO** – Inscreveu-se o **Senhor Lisandro Sonsino**, estudante da Escola Básica e Secundária de Carcavelos.

Usou da palavra, dizendo que foi Presidente de uma Lista candidata à Associação de Estudantes da Escola Básica e Secundária de Carcavelos para o presente ano letivo, nesse processo eleitoral, a Direção pediu o seu Programa para que eles decidissem se a sua Lista poderia concorrer ou não, consciente dos direitos democráticos que lhe assistem optou por não entregar o Programa e a Direção vetou a participação da Lista que presidia, e, não se limitou a isso. Ao ver a sua Lista impedida de concorrer distribuiu aquilo que seria o seu Programa Eleitoral e apelou a um voto em branco ou nulo, a Direção não achou bem e ameaçou a suspensão dos estudantes que faziam parte da sua Lista numa atitude antidemocrática e de prepotência. Esta não foi a primeira vez que a Direção desta Escola vai contra aquilo que são os direitos democráticos dos estudantes, porque, já no ano passado, tinha-se procedido à convocação de uma reunião geral de alunos e a Direção colocou entraves à realização da mesma e apenas a permitiu, mas com faltas injustificadas algo que vai contra o Artº 32º da Lei Nº 57/2019 e também vai frontalmente contra aquilo que é um direito democrático de todos os alunos. Perante esta situação de ataques à democracia na Escola Básica e Secundária de Carcavelos, perguntou se o Executivo tinha conhecimento dessa situação que crê ser muito importante visto que se trata daquilo que também se transmite aos jovens estudantes da Freguesia.

Usou da palavra o **Vogal do Executivo, Nuno Almeida**. Explicou que o Senhor Presidente Nuno Alves não pode estar presente porque estava em representação da União de Freguesias na Assembleia Municipal. Em relação à intervenção do freguês Lisandro Sonsino, apesar de ser o Presidente que tem o pelouro da Educação, mas a verdade é que nenhum dos elementos do Executivo presentes teve

conhecimento da situação apresentada, a serem verdade os factos que todos ouviram não é uma situação que agrade a ninguém e por isso mesmo irá transmitir, não só, ao Presidente da Junta, mas também indagar junto da Direção da Escola o assunto trazido à Assembleia.

Passou-se então, ao **Período Antes da Ordem de Trabalhos**.

Usou da palavra o **Deputado Luís Mós (BE)**. Questionou, em nome do BE, e após uma breve consulta à base GOV, onde verificaram que houve concursos públicos e ajustes diretos por parte da União de Freguesias no valor de 215 mil e 250 euros para a manutenção de Espaços Verdes. Pensa que é um valor exorbitante na medida que vão contratar Empresas que se calhar nem pertencem á área da Freguesia seria mais útil contratar pessoas dessa área e criar emprego sem ser precário porque todos sabem que estas empresas, muitas delas, funcionam a recibos verdes e avenças e seria mais útil contratar pessoas com contratos a termo ou sem termo, mesmo com as taxas sociais únicas com o fundo de compensação de trabalho que daria pelo menos para contratar 15 pessoas e esse número de pessoas daria conta da manutenção dos Espaços Verdes da Parede e Carcavelos, isto porque, anteriormente, também já fizeram ajustes diretos e concursos públicos e o que se verificou desde Abril de 2022 é que houve um completo abandono desses espaços. Assim, a pergunta que colocou tem a ver com, porque é que não contratam pessoas da região em vez de contratarem Empresas para estes serviços.

Usou da palavra o **Deputado Tiago Albuquerque (IL)**. Decorrido mais de um ano desde que esta Autarquia tomou posse é altura de saber o ponto de situação em relação a um conjunto de temas de muita importância para a Freguesia, alguns dos quais já foram discutidos e esta assembleia tomou posição. Assim, perguntou ao Executivo da Junta, que obras estão a ser feitas na Marginal e qual a situação das obras necessárias para a estabilização das arribas da Parede; qual a situação da Bateria da Parede, uma vez que, de acordo com a informação que tinha, não está atribuída nenhuma verba por parte da CMC para 2023, nem está nas Grandes Opções do Plano, chamou a atenção para o facto da CMC numa publicação nas Redes Sociais a 15 de Novembro sobre a estratégia local de

habitação, referiu a Bateria da Parede, a Junta também já referiu o mesmo, pode a Junta garantir que no espaço da Bateria da Parede não haverá habitação e que se destinará aos fins anunciados recentemente? (Polo Histórico, Parque Temático e Jardim), o IL já fez essa pergunta diversas vezes e nunca obteve resposta; quais são os Espaços Verdes cuja manutenção é da responsabilidade da Junta? ainda sobre este tema, perguntou que tipo de fertilização e adubagem é utilizada nesses espaços?; foram levantadas, por diversos fregueses, algumas questões sobre as redes pluviais e estacionamento, o Executivo estará a par da situação?, se está, quais as medidas que tenciona adotar?; junto ao Jardim da Alagoa, na Rua Henrique António da Mota a rede pluvial não cobre a rua toda, com alargamentos recorrentes por causa disso, para quando o início da obra dado que, segundo sua informação, o Orçamento foi fechado no dia 27 de Maio; na Avenida D. Vasco da Câmara existe uma conduta de águas pluviais que está a descarregar água diretamente para o passeio dificultando o uso do mesmo e acabando por alagar a rua naquele local quando chove, o Regulamento de Sistemas Públicos e Pluviais estabelece a obrigatoriedade da ligação à Rede Pública, a Junta vai tomar medidas perante as Entidades competentes para que esta irregularidade seja retificada?; na zona da Rebelva e dos Quartel dos Bombeiros tem havido moradores a queixarem-se da falta de estacionamento e da caça à multa bastante agressiva uma vez que parte dos prédios não tem estacionamento subterrâneo, está alguma obra prevista para aumento do estacionamento da zona?; os programas de desenvolvimento escolar que atualmente decorrem e são da responsabilidade da Junta, ao abrigo dos acordos de parceria com a CMC, gostaria que o Executivo fizesse um ponto da situação sobre a implementação, número de alunos, opiniões ou sugestões dos Encarregados de Educação bem como dos prestadores de serviço e qual a metodologia que a Junta vai implementar para medir o sucesso destes programas; há praticamente um ano, na Assembleia de 22 de Dezembro de 2021 foi aprovada uma Moção de um conjunto de 8 medidas que a Assembleia de Freguesia propunha serem adotadas pela Junta de Freguesia, gostaria de saber se de facto foram adotadas e as que não foram qual o prazo para implementação das mesmas?; por último, uma questão dirigida à Senhora Presidente da Assembleia de

Freguesia, na mesma Assembleia de Freguesia que decorreu a 22 de Dezembro, foi aprovada uma Moção de acesso público à Convocatória e respetivos documentos referentes à Ordem de Trabalhos no mesmo sítio onde constariam as Atas desta Assembleia e a gravação em vídeo das mesmas, o que foi feito neste último ano para dar seguimento a estas Propostas?

Usou da palavra a **Senhora Presidente da Mesa** que explicou que as Atas não estavam no site, mas são facultadas a quem quiser, tanto a transcrição como a gravação.

Usou da palavra o **Vogal do Executivo, Nuno Almeida** que em relação à intervenção do Deputado do BE lembrou que há muito tempo que a prática de manutenção dos Espaços Verdes tem sido feito por Empresas contratadas para o efeito e, efetivamente ao longo dos anos o Executivo tem-se deparado com alguns problemas desses prestadores de serviço, nunca chegou a ser equacionado, nem por este Executivo, nem pelos anteriores, a hipótese de contratar pessoas para prestar esse serviço, aquilo que foi equacionado, até porque a Cascais Ambiente tem vindo a apostar sim na contratação de pessoal para a prestação do serviço, foi deixar de ter essa delegação de competências na Junta e centralizar na própria Cascais Ambiente. Tentando ir ao encontro à listagem de questões do Deputado da IL, usou da palavra a **Vogal Elsa Saraiva do Executivo** que explicou que as obras da Marginal teriam a ver com um concurso lançado pelo IMT para instalação de guarda corpos no passeio na zona da Parede, frente ao Hospital Sant'Ana para que as pessoas que caminhem nesse passeio se sintam mais protegidas, esse Concurso foi adjudicado em Outubro sendo portanto normal que as obras estejam agora a começar. Prosseguiu o **Vogal Nuno Almeida** que relativamente às arribas disse ser este um problemas que já vem detrás, na altura, teve oportunidade de acompanhar alguns do trabalhos realizados na Praia das Avencas, estavam e estão identificadas mais zonas com anomalias que vão aumentando, a resposta que o Executivo teve na altura das Infraestruturas de Portugal é que ainda não era uma situação completamente urgente, até porque grande parte da Marginal tem duas estabilizações, uma da arriba e outra mais acima da própria estabilização da Marginal, o problema será somente as arribas e não a estabilização da Marginal. Quanto às Batarrias da

Parede a informação que tem é que será apenas um Jardim, o Museu e um Parque Urbano a ser construído, não tem, por isso, conhecimento que venha a ser construído nenhum programa de habitação, mas irá esclarecer com a CMC. Em relação aos Espaços Verdes irá pedir junto dos serviços a elaboração de uma lista para ser entregue. Usou da palavra o **Vogal do Executivo Manuel Magalhães** para esclarecer que quanto ao problema na rede pluvial da Rua Henrique António da Mota foi já feita uma reunião com um dos moradores e já lá se dirigiu o Senhor Vereador da CMC para ver do assunto, em relação à Avenida D. Vasco da Câmara é uma situação já detetada pela Junta e dentro da medida dos possíveis iremos ver o que se pode fazer. Usou de novo da palavra o **Vogal do Executivo Nuno Almeida**, que em relação à falta de estacionamento na zona da Rebelva está-se a falar de uma zona muito consolidada, não há espaço para construção de mais estacionamento e o que será possível é tentar proceder a marcações para ver se maximiza a zona de estacionamento e, uma das medidas de forma a salvaguardar os residentes, é aquilo que depois suscita e causa grandes polémicas e controvérsias que é a colocação de estacionamento tarifado, infelizmente em zonas consolidadas junto a infraestruturas como os CTT e outras e, também neste caso, a proximidade à Estação de comboios, a medida que mais salvaguarda os residentes é mesmo o estacionamento tarifado, caso os residentes queiram essa solução é juntarem assinaturas e fazer o pedido à Junta, esta decidiu não promover este tipo de estacionamento por iniciativa própria mas sim por iniciativa dos próprios residentes.

Usou da palavra o **Deputado Carlos Saltão (PS)**. Trouxe uma questão com duas implicações e em que uma delas poderá ser grave. Embora seja uma competência da Câmara, acredita que o Executivo lhe fará chegar a situação. Na Quinta do Barão, na Rua Jacinto Izidoro de Sousa, que era para ser intervencionada no Plano da Legrand, esse Plano sofreu algumas alterações e o que se passa é que a Rua tem um só sentido (no Plano era para ter dois), com estacionamento dos dois lados, tendo sofrido várias alterações desastrosas durante as obras lá existentes, no início puseram um traço contínuo, depois apagaram e fizeram tracejado mas a rua continua só com um sentido, acontece que há pessoas que não sabem, vão ao fundo da rua e depois voltam para trás ora, isso gera um problema

grave, pois pode surgir um acidente. No terminal do primeiro quarteirão tinha um sinal de sentido proibido daqueles provisórios, puderam depois sinalização vertical com indicação de sentido proibido, mas o que acontece é que a sinalização que estava lá anteriormente que previa os dois sentidos continua lá o que gera uma grande confusão, há trotinetes, bicicletas e até carros que vêm em sentido contrário e quem vem a entrar na rua pode embater nesses veículos. Segunda questão, dentro da reorganização dessa rua foram implementadas ilhas ecológicas que estão prontas há dois anos, mas continuam sem funcionar, o que quer dizer que, em frente, há um conjunto de 4 contentores que ocupam uma parte do passeio e que, consoante os funcionários que tratam da recolha do lixo, umas vezes ficam direitos e outras não, impossibilitando o seu uso.

Usou da palavra o **Vogal do Executivo Nuno Almeida** que deu nota que relativo às ilhas ecológicas, não faz qualquer sentido essa redundância de infraestruturas existentes até porque acabam por inviabilizar alguns lugares de estacionamento, aquilo que presume estar por detrás disso é que muito provavelmente ainda não foi feita a receção provisória da obra, no entanto irá indagar junto da Cascais Ambiente para dar uma resposta mais concreta. Relativamente à Quinta do Barão passou a palavra à **Vogal do Executivo Elsa Saraiva** que, relativamente à sinalização, o Executivo já teve conhecimento e reportou a situação à CMC precisamente porque o alvará de loteamento e infraestruturas não tiveram receção provisória ainda está na competência do loteador, a CMC não pode lá ir substituir o sinal nem tão pouco a Junta de Freguesia, mas irão estar atentos ao assunto.

Usou da palavra o **Deputado António Gameiro (PSD)**. Agradeceu a todos os agentes da Proteção Civil que nos últimos dias têm tido imenso trabalho devido às condições climatéricas. Foi com particular satisfação que viu aprovado pelo Governo Central a modernização da Linha de Cascais com uma verba que ronda os 40 milhões de euros fora as 37 unidades motrizes que vão ser fornecidas no âmbito daquilo que já foi publicitado. O sucesso desta operação não é do PS, nem do PSD, é um sucesso para os habitantes da Linha de Cascais em primeiro lugar e a todos os que visitam o Concelho. Assinalou mais um Orçamento Participativo que comemora este ano 20 anos, foram 20 anos de participação de todas as entidades públicas, pessoas



singulares, pessoas coletivas, instituições de solidariedade social, que conseguiram ver um conjunto de projetos premiados com o seu trabalho e também alguns deles com o orçamento que a Câmara disponibilizou. De facto, 20 anos é um percurso de que nos devemos orgulhar todos, porque Cascais foi pioneiro nessa matéria.

Usou da palavra o **Deputado Carlos Saltão (PS)** para apresentação do **Voto de Pesar pelo falecimento de Maria Manuela Mesquita Duarte Martins**, diretora da Farmácia Brandão na Parede por mais de 60 anos. **(Anexo 1)**.

Posto à votação foi este **Voto APROVADO** por unanimidade.

Usou da palavra o **Deputado José Pimenta de Aguiar (CDS)** para apresentação de um **Voto de Pesar pelo falecimento de Adriano José Alves Moreira**, político reformista que teve como principal marca a abolição do Estatuto do Indigenato. **(Anexo 2)**.

Usou da palavra o **Deputado Carlos Saltão (PS)** para informar que não tinha recebido este voto de pesar e por isso não o distribuiu pelos outros Deputados da sua Lista, no entanto, não põe em causa o teor da mesma e, por isso, o PS irá votar a favor.

A **Senhora Presidente da Mesa** esclareceu que os serviços tinham enviado o voto de Pesar a todos os Deputados naquele dia, por volta das 15.00 horas. O Deputado Carlos Saltão (PS) pediu então desculpa porque não tinha reparado que tinham vindo dois documentos no mesmo mail.

Posto à votação foi este **Voto APROVADO**, com as abstenções do BE e CDU.

Declaração de voto do BE. O BE absteve-se porque embora o Prof. Adriano Moreira tenha tido um papel relevante no tempo pós-democracia foi sempre uma pessoa que também esteve conivente com o Estado Novo e isso é um passado que não podem esconder, foi inclusive Ministro do Ultramar e como tal era conivente com o regime antidemocrático que descriminava as mulheres e punha em causa alguns direitos laborais.

Fez-se um minuto de silencio em memória dos dois falecimentos.

Usou da palavra o **Deputado Tiago Albuquerque (IL)**, para apresentação de Moções e uma Recomendação. Em primeiro lugar, uma Moção de “Recomendação sobre neutralidade da Junta de Freguesia” em consequência do uso das redes sociais para publicidade a unidades específicas de estabelecimentos na área da União de Freguesias (**Anexo 3**). Em segundo lugar, uma Proposta para “atribuição de medalhas de mérito a cidadãos ou pessoas coletivas de destaque na área da União de Freguesias”, com regulamento meramente indicativo (**Anexo 4**). Em terceiro lugar, “Voto de celebração pelo 74º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos” (**Anexo 5**). Entregou igualmente uma Informação Complementar “Por uma Mobilidade Pedonal mais Inclusiva” (**Anexo 6**).

Usou da palavra o **Deputado António Gameiro (PSD)**. Em relação à Moção de Recomendação disse que percebeu a ideia, mas há sempre uma linha muito difícil para se dizer efetivamente o que é transparente ou não, e não será a Iniciativa Liberal nem nenhuma das Forças Políticas desta Assembleia que vai impor ou discutir essa linha, mas, pareceu-lhe que o que o Deputado quis trazer à coação e, que é conhecido de todos nas redes sociais, é que se tratam de Mercados da Parede e de Carcavelos, Feiras do Levante e efetivamente uma Farmácia, que mais que uma instituição com fins lucrativos, faz muita falta a todos. Tudo o que o Deputado refere, que são fotografias, são do Mercado de Carcavelos e, estão lá de facto entidades privadas, assim como na Feira. Mas queremos ser assim tão transparentes?!, então se calhar os Partidos Políticos como recebem uma subvenção cada vez que colocam um outdoor na rua têm de fazer um concurso público?! Por exemplo na Praça Duque de Saldanha vê um outdoor enorme da Iniciativa Liberal, não deve custar dois tostões e não lhe parece que façam um concurso público para serem mais transparentes, portanto esta lição que tentou vir dar-nos a todos é despropositada. No que diz respeito às Medalhas de Mérito, ao longo dos anos, quer a nível central, quer municipal, foi-se assistindo a uma banalização das Medalhas de Mérito. Hoje, felizmente, por força da Regulamentação em sede de Assembleia Municipal, que obteve votos favoráveis de praticamente todas as Forças Políticas, não estando banalizadas traz mais força e corpo ao assunto. Não é por isso que se deixou de homenagear algumas

personalidades de Carcavelos, e, deu como exemplo a Prof<sup>a</sup> Odete Morgado e o Sr. António Feio. Não deixou também de falar na apresentação do Voto de Celebração pelo 74<sup>o</sup> Aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que receberá o voto favorável do PSD.

Usou da palavra o **Deputado Tiago Albuquerque (IL)**. Em resposta ao Deputado António Gameiro (PSD), disse que, mais uma vez, concorda-se com tudo, mas vota-se contra, gosta-se da ideia, mas vota-se contra. Em relação ao que foi dito sobre a Recomendação afirmou que têm de haver regras é isso que se espera de uma Junta de Freguesia, aliás o PSD estará a votar contra a Lei. Sobre as medalhas de mérito, diz que a proposta que entregou é mesmo para não se ir de encontro à banalização, porque havendo algo definido como tem a Câmara isso não aconteceria. Disse ainda que o Deputado só tinha falado de homenageados de Carcavelos, sabe que de há uns anos para cá a União de Freguesias liga mais a Carcavelos do que à Parede, mas os da Parede também tiveram, aliás se tivesse tido atenção ao Voto de Pesar apresentado pelo PS, tinha conhecimento do Medalhão da Freguesia, portanto não são só os Carcavelenses. O que se pretende é mesmo a não banalização, algo com regras, com normas e com propostas tanto do Executivo, como dos cidadãos e como da Assembleia.

Usou da palavra o **Deputado António Gameiro (PSD)**. Respondeu dizendo achar extraordinária a lógica do “Paredense e do Carcavelense”, percebe que dividir é sempre a melhor maneira para reinar, mas há uma coisa que lhe parece evidente, a Parede nunca foi esquecida, as obras levadas a cabo nestes últimos anos são várias; o investimento no Mercado da Parede; a luta pela Bateria da Parede; um conjunto de obras levadas a cabo em frente à Estação da Parede; e a aquisição de imóveis. Disse também ter havido muitos Paredenses homenageados. Compreende que quando as coisas não correm bem para pode ficar-se naturalmente triste, mas dizer que o PSD vai contra a Lei?! Na opinião do PSD é achar efetivamente que há limites que são difíceis, agora, chegar à Assembleia e dizer “isto configura uma desvantagem injusta conferida por parte da Junta, uma vez que utiliza meios públicos para publicitar determinado negócio”, o que está aqui é apontar ao Executivo da

Junta que anda a fazer publicidade a entidades privadas com fim ao aumento do seu recurso financeiro.

Usou da palavra o **Deputado Pimenta de Aguiar (CDS)**. Disse que o seu Grupo de Lista irá votar contra as duas Moções apresentadas pela Iniciativa Liberal e votará a favor da Moção que diz respeito ao Voto de celebração do aniversário da Declaração universal dos Direitos Humanos. E o sentido deste voto é muito simples, pensou que a Iniciativa Liberal era um conjunto de pessoas liberais e, portanto, menos Estado, menos regulação, mas não, aquilo que vê é um Partido a querer regular demasiadamente. É uma questão de bom senso, e, sinceramente, achou que as Moções apresentadas não tinham um mínimo de bom senso.

Usou da palavra o **Vogal do Executivo Nuno Almeida**, que esclareceu, que, relativamente àquilo que se tem dito sobre a divisão entre a Parede e Carcavelos, mesmo achando que o Deputado António Gameiro (PSD) tinha explicado muito bem o que tem sido feito na Parede, acrescentou também que, em relação às Reuniões Públicas, o Executivo tem tido o cuidado de espalhá-las por todo o território alternando Parede e Carcavelos, e a criação de horários de atendimento em que têm o Presidente de Junta é feita em horários equitativos na Parede e Carcavelos, portanto, não há diferenciação nenhuma entre as duas Freguesias, é nisso que pauta a atuação do Executivo.

Usou da palavra o **Deputado Carlos Saltão (PS)**. Referiu que, em relação aos documentos apresentados pela Iniciativa Liberal, no que diz respeito à neutralidade da Junta de Freguesia, é um facto que a Junta de Freguesia não tem de publicitar, de uma forma expressa, este ou aquele estabelecimento comercial, mas não chocou o PS que, uma instalação de um determinado estabelecimento independentemente da área de negócio que tenha e que traga um valor acrescentado à Freguesia não possa ter uma notícia da parte da Junta dentro dos seus meios de comunicação dando conta de que, efetivamente, existe uma determinada empresa que foi instituída e que serve a população e, também, não via com qualquer desagrado a menção a um determinado estabelecimento que já esteja instalado na Freguesia há muitos anos e que faça 100 anos ou 50 anos ou o que quer que seja, e, que de certa forma, seja

mencionada a relevância do mesmo, isso não é publicidade, é efetivamente agradecer e abarcar a atividade económica que é tão importante para um território como outra coisa qualquer. Não se pode estar numa escala gradativa a medir o que é que é importante e o que é menos importante, há efetivamente um conjunto de coisas, instituições, organismos públicos, atividades comerciais de vária índole e tudo isso constitui a riqueza de um território e devem servir uma determinada população. Claro que pode causar alguma estranheza a inauguração de uma Farmácia onde até esteve presente um Vereado da CMC, pode questionar-se esse tipo de coisas e, portanto, é aceitável que se faça essa interrogação, agora que essa interrogação abarque todo um leque da atividade comercial, obviamente que não lhe parece bem. Em relação à atribuição de Medalhas de Mérito, não vê que a Instituição da medalha banalize e, achou válido que possa haver uma comissão, com representantes das várias bancadas, para atribuição de uma homenagem, perfeitamente enquadrada para todas as pessoas para que não se permita que só um determinado lado seja evocado, não tem acontecido, mas obviamente acha que deve haver alguma coisa que lhe desse alguma dignidade e imparcialidade.

Terminadas as intervenções, passou-se de imediato à votação dos documentos apresentados pela Iniciativa Liberal.

**Recomendação sobre neutralidade da Junta de Freguesia** foi **REJEITADA**, com 10 votos contra do PSD; CDS e Deputada não organizada, 7 abstenções do PS; PAN; PCP e BE e 1 voto a favor da IL.

**Proposta – Medalha de Mérito da União de Freguesias de Carcavelos Parede**, foi **REJEITADA**, com 6 votos a favor PS; IL e PAN, 11 votos contra PSD; CDS; PCP e Deputada não organizada politicamente e 1 abstenção do BE.

**Voto de celebração pelo 74º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos**, **APROVADA**, por unanimidade.

Seguiu-se a apresentação pelo **Deputado António Gameiro (PSD)** de um Voto de saudação pela passagem do 47º aniversário do 25 de

Novembro de 1975, emanada dos Grupos de Lista do PSD e CDS. **(Anexo 7)**.

Usou da palavra o **Deputado Carlos Saltão (PS)**. Se os Deputados preponentes deste Voto se recordassem da Moção que apresentou em relação ao dia 25 de Abril, certamente iriam entender porque o PS irá votar contra. Apesar de o PS ter tido uma grande intervenção no próprio 25 de Novembro, o que é um facto é que o PS não entende porque é que esta data seja a data onde se cortou a ditadura, sempre que há uma revolução, cortes bruscos na sociedade, depois têm os seus ajustamentos, houve um no 28 de Setembro, outro a 11 de Março e outro no 25 de Novembro, sabe que para os sectores mais à direita o 25 de Novembro é efetivamente aquela data que se tenta esconder o 25 de Abril. O PS quer é comemorar o 25 de Abril independentemente do que aconteceu depois, lembrando as coisas certas e erradas que aconteceram após esta data.

Usou da palavra o **Deputado Tiago Albuquerque (IL)**. Usou da palavra o **Deputado Tiago Albuquerque (IL)**. Ficou um pouco espantado pelo PS ter um pensamento diferente do PSD porque pensam de forma igual em tanta coisa.... Em relação à Moção a IL está completamente de acordo.

Usou da palavra o **Deputado Luís Mós (BE)**. Disse que o que interessa comemorar é a democracia e esta começou no dia 25 de Abril de 1974, antes do 25 de Novembro já tinham existido eleições democráticas, a democracia funcionou, foi dado o voto à mulher, houve igualdade de género, portanto, não faz qualquer sentido, da perspectiva do BE, porque o que o 25 de Novembro surte efeito para o PSD é o facto de não terem tido um papel tão interveniente no 25 de Abril e como tal, querem arranjar uma data que caia mesmo em cheio para a direita, portanto, nesse sentido, o BE vai abster-se.

Usou da palavra o **Deputado António Gameiro (PSD)**. Aqui não interessa dizer qual é o 25 que cabe à direita ou à esquerda, os 25 cabem ao povo português, sejam eles de Janeiro ou de Dezembro. Não se trata do PSD querer "esconder" o 25 de Abril, o que não se quer é outra coisa, é que "aquela" esquerda mais radical seja dona e senhora de um 25 de Abril que foi começado a fazer em luta por

deputados da ala liberal dentro do sitio onde estava quem mandava, de forma absolutamente absolutista, o que a direita quer é também esse 25 de Abril que a esquerda chama a si própria, não é vosso, é de todos. Não se pode vir dizer que é nosso, dos portugueses todos, porque lhes convém, mas depois chegava-se a 25 de Novembro e, se não tivesse existido, era o que convinha à esquerda no comité central, não pode ser, isto tem eleições livres sim mas, é para sempre. Referiu ainda que, história tem uma particularidade e, essa, até pode ter sido um erro, mas não se pode perpetuar o erro. Ninguém viria falar do 25 de Novembro, como o PSD e CDS falaram, se não houvesse uma apropriação abusiva do 25 de Abril, e essa apropriação desde sempre o incomodou. O 25 de Abril é de todos os portugueses, até porque sabe o que é socialismo, o que é o comunismo, o que é a social democracia, não sabe o que é que é de esquerda ou de direita, não há uma ideologia de esquerda e direita há apenas um posicionamento no Parlamento.

Usou da palavra o **Deputado Pimenta de Aguiar (CDS)**. Quis realçar que quando o CDS juntamente com o PSD evocam na Moção a liberdade que advém para a democracia portuguesa com o 25 de novembro, o CDS tem uma particular razão e incisiva, é que quem tem conhecimento histórico do que se viveu, lembra-se das perseguições que o CDS foi alvo, dos cercos que o CDS foi alvo, da tentativa de acabar com o CDs enquanto partido e de facto foi o 25 de Novembro que permitiu estabelecer a democracia em toda a sua plenitude com uma ampla participação de partidos da direita até à esquerda e foi esse sentido que se colocou na Moção e é por esse facto que realça o 25 de Novembro como o último ato constitutivo da democracia.

Posta à votação foi esta **Moção (anexo 7) APROVADA**, com 11 votos a favor (PSD/CDS/IL e Deputada não organizada politicamente), 5 votos contra (PS/CDU) e 2 abstenções (BE e PAN).

Usou da palavra para apresentação da proposta do PSD “25 de novembro – Dia Internacional da eliminação da violência contra a mulher” (**Anexo 8**), o **Deputado António Gameiro (PSD)**.

Usou da palavra o **Deputado Carlos Saltão (PS)**. Disse que este 25 de novembro sim, merece ser lembrado. É uma data que merece ser

celebrada, mas também repetida nos 365 dias do ano. É um flagelo muito grande que, apesar do avanço civilizacional não tem vindo a diminuir e juntamente com esta violência contra as mulheres há uma violência que aqui não é mencionada porque, obviamente não deveria ser, que é a violência contra as crianças fruto da violência contra as mulheres, as crianças são vítimas muitas vezes silenciosas e com danos futuros da violência que é exercida dentro de um casal sobre as mulheres. Enquanto comissário da Comissão para a Proteção de Crianças e Jovens, está particularmente atento e preocupado com aquilo que se verifica todos os dias de crianças que são apresentadas com danos irreversíveis em muitos casos por presenciar a violência que é exercida sobre as suas mães. É por tudo isso que esta Moção tem toda a razão de ser, mas não chega, não basta votarmos Moções, cada um de nós tem de se lembrar todos os dias dos seus atos e essencialmente lembrar que é um crime público que não precisa do consentimento da vítima para que efetivamente seja denunciado.

Usou da palavra o **Deputado Tiago Albuquerque (IL)**. Fez uma chamada de atenção ao Deputado António Gameiro, que em todas as reuniões preparatórias pede para se enviar as Moções com tempo, mas depois, o PSD, é sempre o último a apresentá-las.

Usou da palavra o **Deputado Luís Mós (BE)**. Nesta data de 25 de novembro o BE está plenamente de acordo. O BE também teve a ideia de enviar uma Moção mas o PSD enviou e já não sentiram necessidade de enviar uma outra sobre o mesmo tema. Só para se ter ideia, este ano em Portugal já morreram 28 mulheres, uma média de 2.3 por cada mês. É importante mostrar esta solidariedade às mulheres portuguesas.

Passou-se de seguida à votação da Proposta (**anexo 8**) que foi **APROVADA** por unanimidade.

Não havendo mais intervenções entrou-se de seguida na **Ordem de Trabalhos**:

**Ponto Um – Discussão e Votação – Adenda ao “Protocolo Bolsas Sociais em Creches e Jardins de Infância da Rede Privada”;**



Usou da palavra a **Deputada Miette Borges (PS)**. Disse ter sido a segunda vez que veio intervir sobre educação, uma vez que tem uma longa experiência nesta área no passado. Felicitou a Câmara Municipal de Cascais e a União de Freguesias pela proteção que tem incidido nas crianças mais pequenas, de creches e jardins de infância desde há 10 anos. Neste momento a CMC pretende aprovar uma adenda ao Protocolo já estabelecido tornando progressivas e gratuitas o ingresso das crianças em creches e jardins de infância no privado, atribuindo para isso uma transferência de 150 mil euros para a Junta de Freguesia. As respostas educativas terão de passar também pela colocação de mais salas, Portugal terá de investir no nascimento, pois as crianças são o futuro. O PS pretende corresponder ao Concelho da Europa no aconselhamento que vem desde 2019, que para o mais alto interesse da criança considera prioritário frequência de creches e jardins de infância para metade das crianças do País, seria excelente que em 2024 assim acontecesse. O PS está muito atento e, neste momento, no Orçamento de Estado, não só está previsto e abrangido toda essa parte de proteção às crianças como outras medidas foram implementadas que vão ajudar bastante, entre elas, o aumento do abono de família; as alterações do IRS; a inclusão de pessoas com deficiência; reformulação de prestações sociais, reforço do limite auferido por cada pessoa e alargamento do número de beneficiários. O PS está empenhadíssimo em que tudo isto aconteça e felicita a União de Freguesias e a Câmara Municipal de Cascais.

Usou da palavra o **Deputado Luís Mós (BE)**. Relativamente às Bolsas Sociais para as creches e jardins de infância do privado o BE vai abster-se no sentido que deve haver é um reforço das Creches e Jardins de Infância públicos. Apela ao PS que faça esse reforço porque acham que é mais justo oferecer redes públicas às crianças.

Usou da palavra o **Deputado Tiago Albuquerque (IL)**. Sobre o Ponto 1, A IL absteve-se a 30 de setembro no Protocolo de Bolsas Sociais que foi apresentado e, portanto, irá manter a abstenção. No Ponto 2, que se seguirá, a IL não discorda da totalidade do Acordo, mas discorda dos critérios para atribuição das Bolsas e por isso manterá a abstenção. Apresentou Declaração de voto.

Posto à votação foi o **Ponto 1, APROVADO**, com 15 votos a favor (PSD/CDS/PS/PAN e Deputada não organizada politicamente, e 3 abstenções (BE/PCP e IL).

**Ponto Dois – Discussão e Votação – “Acordo de parceria para o desenvolvimento da Atividade Componente de Apoio à Família no 2º Ciclo do Ensino Básico Programa Crescer a Tempo Inteiro”;**

Posto à votação foi este **APROVADO** com 17 votos a favor (PSD/CDS/PS/PCP/BE/PAN e Deputada n. organizada politicamente e 1 abstenção (IL).

Lida e aprovada a minuta da Ata que foi assinada pela Presidente e Secretários da Mesa, deu a Senhora Presidente a sessão por encerrada pelas 23 horas e 9 minutos, do dia 12 de Dezembro de 2022.

Presidente:

1º Secretário:

2º Secretário: